

MALAN APAGA O INCÊNDIO

André Corrêa



Teresa Ter-Minassian e os demais técnicos do FMI que estão em Brasília: levantando dados sobre a economia brasileira para apresentá-los hoje a Fischer

Pressionado pelos políticos, o governo reagiu. Dois dias depois que, empurrados por boato de confisco iminente, um grande número de correntistas sacou dinheiro de contas correntes e da caderneta de poupança em várias agências bancárias de todo o País, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi à TV dialogar com a população.

"Qual é a melhor forma do brasileiro sair da crise? Comprar dólar, deixar o dinheiro no banco, na conta corrente, na poupança?", perguntou-lhe um senhor, repetindo a angústia de muitos brasileiros que participaram da corrida bancária de sexta-feira.

"Eu acho que deve deixar aplicado em instituições financeiras ou na caderneta de poupança porque são beneficiárias do rendimento dessas aplicações. Acho um erro retirar dinheiro do banco para reter em casa, com os riscos que isso significa", respondeu pacientemente Malan.

O ministro apareceu de surpresa no programa *Fantástico*, da Rede Globo, por volta de 20h20, e permaneceu por cinco minutos respondendo oito perguntas de pessoas filmadas na rua. O interesse dos entrevistadores dava a medida da importância do esclarecimento. "Ministro, o senhor dá sua palavra de honra que nosso dinheiro não vai ser mexido?", quis saber outro popular. Ao contrário da sexta-feira, quando usou uma linguagem empolada para negar que houvesse feriado bancário hoje, Malan foi direto ao assunto. "Eu gostaria mais uma vez de reafirmar aqui, com toda a clareza, olhando no olho do telespectador, que este governo não realizará qualquer tipo de bloqueio, retenção, confisco de conta corrente, caderneta de poupança ou de qualquer outro tipo de aplicação financeira do cidadão brasileiro". O apresentador Pedro Bial, então, repetiu a pergunta do telespectador: "Ministro, então o senhor dá a sua palavra de honra que isso não vai acontecer? "Seguramente. Minha palavra de honra está dada. A minha palavra em nome do governo Fernando Henrique Cardoso".

CAMPANHA

A entrevista fazia parte de uma campanha para recuperar a credibilidade junto à população, jogando duro contra os especuladores. O principal teste dessa investida será a reabertura do mercado, hoje, sem o anúncio de nenhuma medida excepcional para estabilizar a taxa de câmbio, uma forma de demonstrar tranquilidade. Às 7 horas, Malan estará no programa *Bom Dia Brasil*, empenhado no pedido que o presidente Fernando Henrique faz desde a sexta-feira: deixem o dinheiro no banco. "Depois da boataria que tomou conta do País na sexta-feira, as pessoas irão perceber que estavam fazendo o jogo dos especuladores", disse o articulador político do governo, ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga.

No domingo, enquanto a equipe econômica discutia com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) uma solução para a crise financeira, o presidente Fernan-

do Henrique Cardoso procurou demonstrar tranquilidade e participou de um churrasco na casa da irmã, Gilda Cardoso, que mora em Brasília. Acompanhado da primeira-dama Ruth Cardoso, ele aparentava descontração. Depois do almoço, o presidente recebeu no Palácio da Alvorada o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário-executivo da pasta, Pedro Parente. O presidente não escondeu sua revolta com os especuladores durante conversas telefônicas que manteve no final de semana. Voltou a chamá-los de chacais e a criticar o poder maléfico deles. "Para ganhar alguns milhões, eles são capazes de investir até na destruição do País", comentou Fernando Henrique, por telefone, com Veiga.

Mais tarde, Parente anunciou que Stanley Fischer, o número dois na hierarquia do Fundo Monetário Internacional, chega hoje a Brasília, pa-

ra rever as metas para a economia brasileira, acertadas com o governo brasileiro em novembro do ano passado. O acordo precisa ser revisto porque o cenário mudou muito há quase um mês, desde que o País passou a adotar o regime de câmbio flutuante. As conversas entre o vice-diretor gerente do FMI e a equipe econômica serão decisivas para definir quando o País receberá a segunda parcela do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões.

O Fundo Monetário Internacional defende medidas adicionais de ajuste fiscal, além do que foi produzido até o momento, para aumentar o superávit primário — a conta positiva de todas as receitas do país, sem descontar as despesas com os juros da dívida pública. A equipe econômica, no entanto, considera que existe pouco espaço para novos cortes ou aumento de receita, mas aceita adotar novas medidas na área fiscal. Há pressa por parte do gover-

no em fechar um novo acordo com o FMI para dar tranquilidade ao mercado financeiro.

"O Brasil quer a revisão das metas o mais rápido possível", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. "A partir daí, nós teremos a sequência do cronograma da liberação das parcelas do empréstimo". Parente concedeu entrevista coletiva ontem, às 11h30, depois de uma hora e meia de reunião entre secretários e assessores da equipe econômica e a missão negociadora do FMI, no quarto andar da sede do Ministério.

O grupo formado por quatro técnicos e a diretora-adjunta para o Hemisfério Ocidental do FMI, Teresa Ter-Minassian, está em Brasília há uma semana, levantando dados sobre a economia brasileira, para um relatório que será apresentado hoje a Fischer. Seu primeiro compromisso no País é uma reunião com essa

equipe, provavelmente ao meio-dia.

Na reunião de ontem, os técnicos do FMI iniciaram a avaliação do cumprimento das metas do acordo até agora. Eles avaliaram a aprovação das medidas de ajuste fiscal no Congresso Nacional e fizeram algumas projeções sobre as possíveis taxas de inflação e crescimento econômico, a partir da adoção do câmbio flutuante. O grande trunfo apresentado pela equipe econômica é o fato de o governo haver superado a meta de superávit primário — receitas menos despesas não-financeiras (juros não entram nessa conta) do governo central, que chegou a R\$ 5,8 bilhões, quando a meta do Fundo para 1998 era de R\$ 5,025 bilhões.

Na abertura do mercado, começa a valer hoje a unificação dos mercados de dólar comercial e flutuante, com grande expectativa em relação à possibilidade de intervenção no câmbio pelo Banco Central.